

CORREIO ECONÔMICO

Sindicato dos Bancários de Ponta Grossa



Juros do rotativo do cartão já beiram a 500% ao ano

Juros do rotativo do cartão de crédito batem 445,8% ao ano

Ao avançar 6,9 pontos percentuais, na passagem de outubro para novembro últimos, o juro médio total cobrado pelos bancos no rotativo do cartão de crédito subiu de 438,9% para 445,8% ao ano, no mês passado. A informação foi fornecida pelo Banco Central (BC), na última sexta-feira (27). Com a elevação, a taxa do parcelado cresceu dos 180% anteriores para

183,3% ao ano, pelo mesmo comparativo. Levando em conta o juro total do cartão de crédito – que considera operações do rotativo e do parcelado – a taxa aumentou de 82,2% (dado revisado) para 83,2%, em igual período. De acordo com lei aprovada pelo Congresso Nacional, os juros do rotativo e do parcelado não podem exceder 100% do principal da dívida.

Extrapolação?

Para analistas, porém, a 'extrapolação' do juro cobrado ao mês pela instituição pode ser considerada um 'efeito estatístico', pelo cálculo anual efetuado pela autoridade monetária, pois o consumidor 'pendurado' pela cobrança, realiza o pagamento no curto prazo.

BC garante

Na previsão do chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, o BC "não pretende 'descontinuar' essa série histórica pois esta serve como referência da velocidade de aumento ou redução dos juros, além refletir a taxa cobrada pelo sistema financeiro.

Site Portal Contexto



Pelo menos, por enquanto, não haverá ônus nas contas

Aneel: bandeira tarifária verde continua em janeiro

O consumidor brasileiro começa o ano no 'verde', como referência à bandeira tarifária – que não impõe custos extras às contas de luz – mantida pelo segundo mês seguido, pela Aneel (Agência nacional de Energia Elétrica), autarquia reguladora do setor, conforme anúncio feito na última sexta-feira (27).

A decisão decorre da melhoria das condições para geração de energia no país, devido à retomada das chuvas nas principais hidrelétricas. Segundo a nota da Aneel, "com a chegada do período chuvoso, melhoram os níveis dos reservatórios e aumenta-se a geração das usinas hidrelétricas", e se aciona menos as usinas termelétricas".

Oi vende

Pressionada pela recuperação judicial, que soma R\$ 44,3 bilhões, a operadora Oi, fechou, na última sexta (27) contrato de Cessão de Infraestruturas (Creditor Take or Pay sem Garantia – Opção I) com IHS Brasil para venda de Unidade Produtiva Isolada (UPI), imóveis e torres.

Fato relevante

Em fato relevante à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a operadora explicou que a efetiva transferência de 100% das ações de emissão da SPE Imóveis e Torres Selecionados para a IHS Brasil está sujeita ao cumprimento de condições previstas no contrato.

Dólar sobe

Na ausência de leilões cambiais por parte do Banco Central (BC), o dólar voltou a subir, devido à valorização da moeda ianque ante às suas pares de economias emergentes, na sessão dessa sexta-feira (27), impulsionado pelo exterior, culminando com uma cotação de R\$ 6,1931.

Rolagem

Entre os fatores para a ascensão do dólar, operadores apontam: rolagem de contratos cambiais futuros, além de remessas ao exterior de lucros e dividendos de investimentos no Brasil. A desaceleração da inflação ajudou a aliviar a pressão sobre os juros no curto prazo.

Setor de Energia deve investir R\$ 120 bi em 2025, projeta UBS

Aperto monetário, incerteza global, porém, estão entre os 'entraves'

Por Marcello Sigwalt

Como carro-chefe de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês), o setor de energia deverá movimentar até R\$ 120 bilhões em 2025, segundo projetou o banco suíço UBS BB, que inclui, nessa conta, recursos adicionais decorrentes de leilões de energia, reformas de empreendimentos operacionais, ampliação da capacidade produtiva e, em menor proporção, expansão da geração.

Em contrapartida, questões como os juros elevados (Selic, hoje a 12,25% ao ano), além de tensões geopolíticas intensas e o fator Donald Trump, sem contar eventuais revisões em políticas comerciais dos EUA, ante à perspectiva de menor liquidez global, renovam incertezas quanto ao impacto no fluxo de investimentos estrangeiros em países emergentes, como o Brasil.

Ao reconhecer que a economia global poderá enfrentar maiores percalços no próximo ano, o responsável pelo banco de investimento do UBS BB,



Reprodução Serralheria Moreno

Potencial de movimentação de recursos pelo setor enfrenta desafios macroeconômicos

Anderson Brito acentua que alguns subsectores mais estratégicos, como o de energia, teriam o potencial de se 'desvincular' dessa tendência negativa, mantendo um volume expressivo de transações.

Na previsão de Brito, "esperamos um aumento de 10% a 15% no volume de M&As de 'power utilities' [geração, trans-

missão e distribuição de energia elétrica] para o Brasil, que deve gerar um volume de cerca de R\$ 50 bilhões. Em geração hidrelétrica, existem bons ativos no Brasil e 'players' estratégicos estão reavaliando seus portfólios e têm trazido transações importantes ao mercado. Em transmissão, existem gargalos, poucos ativos e alta demanda

de mercado (...).".

Nesse contexto, ele acrescenta que "se incluir óleo e gás, estamos esperando um volume entre R\$ 55 bilhões e R\$ 60 bilhões em transações. Para o setor todo, a previsão é de movimentação de até R\$ 120 bilhões". São exemplos de duas hidrelétricas à venda no Amapá pela portuguesa EDP.

Baterias são a novidade dos leilões

O ano de 2025 está com previsão de ao menos cinco grandes leilões para o setor de energia, incluindo a contratação de reserva de capacidade, com previsão para os primeiros meses do ano que vem e expectativa de maior admissão de térmicas a gás, além da entrada de hidrelétricas. O ano também pode introduzir pela primeira vez uma concorrência para baterias.

O Operador Nacional do

Sistema Elétrico (ONS) estima um crescimento anual de cerca de 3 GW na demanda dos horários de ponta de carga, em especial no começo da noite. Com isso, há uma perspectiva de o Sistema Interligado Nacional (SIN) precisar de mais potência a cada ano.

O leilão de reserva de capacidade estava inicialmente marcado para agosto de 2024, mas a discussão sobre a contratação de diferentes fontes de energia

levou ao atraso. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, prometeu a publicação da portaria do certame ainda em dezembro deste ano.

Questionado sobre um possível impacto no planejamento do setor com o atraso deste certame, o ONS informou que o Sistema Interligado é caracterizado pelo excedente em energia e por uma demanda crescente por potência. "A realização dos leilões de reserva de capacidade

é fundamental para a garantia do equilíbrio estrutural em termos de potência, a partir de 2025", afirma o operador, em nota.

O diretor de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Ricardo Brandão, nega possíveis dificuldades com a realização do leilão só no início de 2025. A perspectiva é contratar potência termelétrica para 2027 e 2028.

Taxação de e-commerce favorece varejo

Reprodução site smarket



Tributação das 'blusinhas' acabou favorecendo varejo nacional

Com o aumento gradual de impostos, o governo federal vem dando alívio às varejistas locais ao fechar o cerco para as plataformas de e-commerce estrangeiras, especialmente asiáticas. Com as taxações, foi registrado recuo nas vendas online de produtos importados e, para o setor nacional, trata-se de mais um passo em busca da isonomia tributária com seus concorrentes da moda.

Antes da implementação da "taxa das blusinhas", em julho deste ano, foram registradas cerca de 19 milhões de remessas de até US\$ 50, com valor total declarado de R\$ 1,812 bilhão. Já em agosto, quando passou a ser cobrado 20% de imposto de importação sobre os itens com este valor, as compras despencaram para 11 milhões, uma queda de aproximadamente 42% (com valor aduaneiro de R\$ 902 milhões).

Os dados são do balanço

de setembro do programa Remessa Conforme, que foram levantados pelo Santander. A perda de disposição dos consumidores em comprar produtos estrangeiros se manteve em setembro, tendo o mesmo montante de remessas registradas no mês anterior (11 milhões,

com um incremento de apenas R\$ 42 milhões de impostos declarados).

Efeitos

O head de varejo do Santander, Ruben Couto, destaca que as varejistas nacionais ganharam participação de mer-

cado (market share, no termo em inglês) no decorrer do ano, o que coincide com os graduais aumentos dos impostos aos estrangeiros.

No terceiro trimestre, as Lojas Renner tiveram alta nas vendas nominais de 12%, ante o mesmo trimestre de 2023. Enquanto isso, o mercado de vestuário cresceu menos que a marca (6%), segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE). Da mesma forma, os pares C&A (19%) e Guaranapes (11%) também mostraram evolução nas vendas.

Para Couto, os efeitos do programa Remessa Conforme adotados no ano passado demoraram para se refletir nos extratos financeiros, pois as empresas internacionais foram aderindo aos poucos ao programa e, segundo ele, o aumento de impostos sempre gera "uma grande discussão política por ter viés mais impopular".

Varig: União pagará R\$ 575 mi em dívidas

Pelo acordo fechado entre a Advocacia Geral da União (AGU) e representantes de ex-funcionários da Varig, caberá à União pagar R\$ 575 milhões a ex-funcionários da Varig por dívidas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), beneficiando mais de 15 mil pessoas, de acordo com a Advocacia Geral da União (AGU). O acordo foi fechado nesta semana pela AGU.

"O acordo tem o valor de

R\$ 575 milhões e será pago à vista, assegurando um direito fundamental dos trabalhadores. O consenso foi encontrado após longas negociações, representando um marco importante para a Justiça do Trabalho e para a área de recuperação de créditos da União", diz a AGU em nota.

O pagamento é parte de um desdobramento de outro acordo que determinou o pagamento de R\$ 4,7 bilhões pela União

à massa falida da Varig, fechado em março deste ano.

O prejuízo à Varig foi causado por um congelamento nos preços das passagens aéreas entre 1985 e 1992, causado pelo Plano Cruzado, um conjunto de medidas contra a inflação implementado na década de 80.

O pagamento será feito em 2025, por meio de um precatório. O acordo estabelece que o título não poderá ser negociado com terceiros e que os valores

precisam ser direcionados aos credores listados no processo de falência da Varig.

O caso está na Justiça desde 1993, quando a Varig entrou com ação para ser indenizada. Desde então, o processo passou pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal (STF). em todas as instâncias jurídicas, foi reconhecido o direito da empresa.